



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SÔNIA LEITE DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

CAMPINA GRANDE – PB

2014

SÔNIA LEITE DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. M^a. Cristina Sales Cruz

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

48 Oliveira, Sônia Leite de

A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento integral da criança [manuscrito] / Sonia Leite de Oliveira. - 2014.
42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Cristina Sales Cruz, Departamento de Educação".

1. Psicologia Educacional 2. Relação Pais-filhos 3.
Desenvolvimento Infantil 4. Afetividade I. Título.

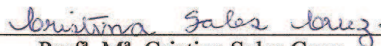
21. ed. CDD 370.153

SÔNIA LEITE DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

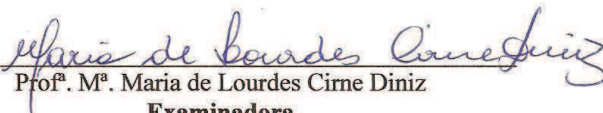
Monografia aprovada em 30 / 03 / 2024

Avaliação 10,0



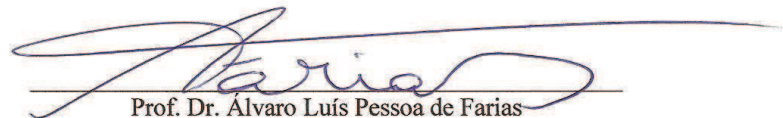
Prof.ª M.ª Cristina Sales Cruz

Orientadora



Prof.ª. M.ª. Maria de Lourdes Cirne Diniz

Examinadora



Prof. Dr. Álvaro Luís Pessoa de Farias

Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **DEUS** por está sempre presente em minha vida, iluminando meus caminhos e guiando meus passos e por tudo que ele fez, está fazendo e ainda fará.

Aos meus PAIS, que sempre estão comigo em todos os momentos e a toda minha família pela confiança e apoio.

A tia Carmelita, minha primeira mestra, a quem serei eternamente agradecida e as várias pessoas que, em diversas fases de minha vida, muito fizeram para o meu engrandecimento moral e intelectual.

A professora Cristina Sales Cruz pela disposição diante das minhas limitações.

E em especial, a minha filha SOFIA e a todas as crianças que direta ou indiretamente contribuíram para que este estudo se tornasse uma meta estabelecida e superada.

*“Somos moldados e remoldados
por aqueles que nos amaram; e,
embora o amor possa passar,
somos, no entanto, obra deles,
para o bem ou para o mal.”*

FRANÇOIS MAURIAC

RESUMO

Este estudo resulta de uma pesquisa bibliográfica e ressalta a importância da afetividade na relação mãe-filho, buscando entender esta ligação como fundamental para que o bebê se desenvolva integralmente no que se refere aos aspectos orgânico, social, emocional e psicológico, elucidando o papel que a mãe desempenha na evolução psicológica da criança e os efeitos que podem ser causados na criança quando privada de vivenciar uma relação calorosa e contínua. Aponta para a necessidade de compreender a criança como um ser em permanente evolução, integrada em todos os aspectos que a faz desenvolver-se. Evidencia-se neste estudo, a tendência de conceber a relação educador-aluno como essencial no processo educacional e dentro deste contexto a afetividade tem assumido papel de destaque permeando esta relação. Assim, o educador deve agir, quando no exercício de sua função, de forma que expresse o seu interesse pelo crescimento educacional de seus alunos, respeitando suas individualidades e criando um ambiente agradável e propício para a aprendizagem. É, portanto, em função da articulação entre afetividade e conhecimento que buscamos entender esta relação como fundamental no processo educacional.

Palavras-chave: Papel da mãe. Papel do educador infantil. Desenvolvimento afetivo da criança. Desenvolvimento integral da criança.

ABSTRATC

The study results of a bibliographic research emphasizes the importance of the affection in mother-child relationship, seeking to understand this connection as vital for baby's development in organic, social, psychological and emotional aspects, clarify the role the parent plays in the psychological development of children and the effects that may be caused in child when it is deprived of experiencing a warm and continuing relationship around it. It points also the need to understand the child as a being in constant evolution integrated in all aspects that contribute for its growth. It is showed the relationship of the teacher with the student, as something essential in the educational process. By way of, in his work daily the teacher will express his interest in the growth educational students, respecting their individualities. The teacher can create a pleasant environment for learning students. Therefore, it is depending in articulation between affection and knowledge that looking views this relationship as vital in the educational process.

KEY-WORD: Role of the mother; Role of the educator child; Emotional development of the child; Integral development of the child.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I: A MÃE COMO PRINCIPAL VÍNCULO AFETIVO.....	10
CAPÍTULO II: A PRIVAÇÃO DO CARINHO MATERNO.....	18
CAPÍTULO III: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA	26
3.1 A CRECHE E A SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	
3.2 O PAPEL DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico, cujo tema é “A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento integral da criança”, tem por objetivo entender o processo de desenvolvimento afetivo da criança, desenvolvimento este que depende efetivamente da interação entre diversos aspectos que estão intimamente relacionados e exercem influência uns sobre os outros. A afetividade é uma dimensão humana cuja função no início da vida é garantir a sobrevivência do indivíduo por meio de sua plasticidade. Para compreendermos os seres humanos e como sua personalidade é edificada, devemos estudá-lo desde o nascimento, pois o bebê necessita estabelecer uma relação estável com o seu cuidador, e é a partir desta interação que a criança construirá suas funções mentais resultando assim numa evolução psicológica saudável.

Optamos por apresentar um estudo bibliográfico sobre o tema. Para isto adotamos uma abordagem científica baseada nos fundamentos da psicologia genética e da psicodinâmica, encontrando respaldo nas teorias do desenvolvimento afetivo de Bowlby, Freud, Spitz e Winnicott e de teóricos da psicologia cujas abordagens podem ser vinculadas às pedagógicas como Piaget, Vygotsky e Wallon.

Segundo Bowlby (1990) as ações familiares, as ações e reações da mãe são de importância vital para a saúde mental futura da criança. A afetividade do bebê, o desenvolvimento do vínculo afetivo dele com a sua mãe, depende da relação que é estabelecida com ela, ou mesmo com uma mãe substituta. Sendo assim, este laço constitui a base das relações significativas do bebê, quer seja com a mãe ou principal cuidadora. Ao mesmo tempo é importante destacar que a interação educador-aluno compõe a base de um bom desenvolvimento afetivo e é a partir do momento que a criança se desvincula do seu lar que é exigido do educador um melhor preparo no que se refere aos fatores que se impõem na separação mãe-criança em idade bastante precoce.

A ideia de estudar a formação de vínculos afetivos está relacionada ao fato de exercermos a função de educadora e pela inquietação de entendermos melhor até que ponto o desenvolvimento afetivo pode afetar a vida do ser humano, pois sabemos que grande parte do desenvolvimento está relacionada à afetividade e o crescimento só será satisfatório quando a criança for amada e estimulada.

Nosso estudo está distribuído nesta monografia em três capítulos, organizados de forma que possibilite um melhor entendimento do que nos propomos apresentar primeiro

capítulo, “A MÃE COMO O PRINCIPAL VÍNCULO AFETIVO”, apresenta o que vem a ser ligação afetiva, como ela se processa, qual a sua importância na relação mãe-filho e seus efeitos no desenvolvimento da criança. O segundo capítulo, “A PRIVAÇÃO DO CARINHO MATERNO”, reflete as consequências ocasionadas quando a mãe não propicia os cuidados necessários nas primeiras etapas do desenvolvimento emocional e suas implicações na educação infantil. E por fim o terceiro capítulo, “AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA”, que se encontra subdividido em dois tópicos; o primeiro, “A creche e sua função social”, apresenta um breve histórico das instituições de educação infantil, bem como, “O papel do educador no desenvolvimento do vínculo afetivo da criança”; e o segundo, que ressalta a relevância do educador infantil no processo educativo e no desenvolvimento afetivo da criança, refletindo sobre a influência mútua entre os fatores afetivos e cognitivos, de forma a considerar a unidade entre esses processos.

Apresentamos também algumas conclusões do estudo, argumentando que ao se pensar em educação infantil, deve-se refletir e entender o vínculo mãe-filho e seus efeitos significantes no desenvolvimento da criança. Portanto, o professor deve possuir conhecimento sobre a questão da separação, suas dificuldades e antes de tudo, ter respeito por esse momento tão delicado e importante na vida da criança e de seus pais.

CAPÍTULO – I

A MÃE COMO O PRINCIPAL VÍNCULO AFETIVO

Este estudo enfatiza inicialmente, o que vem a ser ligação afetiva, como ela se processa e a sua importância no desenvolvimento da criança.

A espera da criança e sua chegada ao mundo constituem uma etapa importante na vida do casal e a maneira como eles vivem esta experiência influencia em grande parte a qualidade da gravidez e do nascimento. As experiências sensorio-motoras e sociais que os pais normalmente proporcionam no início da vida, são primordiais para o desenvolvimento normal das habilidades perceptivas, cognitivas e sociais. Estes esquemas sensorio-motores são construídos a partir de reflexos inatos, que o bebê usa para lidar com o meio, e é a partir da construção destes esquemas que ele vai formando e organizando seus conhecimentos e estabelecendo uma fronteira entre ele e o mundo externo, dentre as principais aquisições deste período está a construção da noção do “eu”¹. Nesse momento, afetividade e inteligência são aspectos indissociáveis e influenciados pela socialização.

O desenvolvimento do ser humano é complexo, pois, a vida inicia-se a partir de uma única célula, e sua maturação refere-se ao surgimento de padrões de comportamento que dependem em grande parte do crescimento do corpo e do sistema nervoso, que acontece na mesma ordem em todas as pessoas. Portanto, os primeiros comportamentos da criança aparecem no ventre de sua mãe, ela reage, aprende, influencia e é influenciada pelo seu meio.

A mãe e a criança comunicam-se por intermédio da placenta, órgão de nutrição, respiração e de depuração. A criança recebe também substâncias nutritivas de que necessita e rejeita os resíduos de seu metabolismo. A mãe pode ainda comunicar suas emoções à sua criança por intermédio de um hormônio: a adrenalina. Portanto, a mãe é a principal responsável pelas mensagens que se transmitem à criança e as percepções e sentimentos começam a modelar seu comportamento e suas necessidades, sendo assim, a mãe reage igualmente ao ser que se desenvolve nela, tudo o que a toca, toca igualmente a ele. Assim, devemos estar cientes que a criança não começa a viver apenas no momento em que nasce, pois, o feto é ativo, ele não fala, mas se expressa e devemos saber “ouvi-lo”.

O nascimento é o primeiro choque físico e afetivo sofrido pelo bebê, é uma experiência revolucionária que mesmo não lembrada conscientemente, repercute no indivíduo

¹ Imagem, conceito ou teoria formada através das interações com o mundo.

durante todo seu desenvolvimento. Segundo Janov (apud DELDIME, 1999, p.26) “[...] batalha do nascimento tende a se constituir em protótipo do modo de reação que a pessoa adotará mais tarde diante de uma situação de ameaça.” Portanto, o nascimento assinala o fim da permanência no meio intra-uterino e o começo de novas influências e, embora os recém-nascidos possuam os órgãos vitais formados e em funcionamento, eles ainda não possuem características distintamente humanas.

Nas últimas semanas de gestação, e primeiras após o parto, a mãe passa por um estágio de relação total e profunda com o seu bebê. É o que Winnicott (1985) chama de Preocupação Materna Primária, e que ele considera como um estado psicótico normal. A mãe é condicionada biologicamente para o seu papel que consiste em adaptar-se as primeiras necessidades da criança.

Winnicott (1985) diz que a mãe esquece temporariamente sua relação com o mundo, esquece todos os seus outros interesses e se volta totalmente para o seu bebê, na empatia e na decodificação de suas necessidades. À medida que o bebê se estrutura, se organiza, a mãe vai podendo se afastar. Para o autor, a mãe possui uma sensibilidade de tempo e espaço nesta separação, para que a continuidade de ser do bebê não se perca e não tenha falhas muito profundas.

Segundo Bowlby (1990) a iniciativa de romper e reatar o contato muda de forma complexa à medida que a criança vai ficando mais velha, sendo assim, a mãe deve desencorajar o filho de uma proximidade excessiva, e escreve o seguinte:

Essas primeiras tentativas de seguir no encalço da mãe são, com frequência, ativamente encorajadas por ela, que se afasta lenta e hesitadamente, olhando repetidas vezes para trás ou mesmo puxando por ele, para encorajar o bebê a segui-la. (p.201)

Erik Erikson, citado por Davidoff (1983) enfatiza que os bebês enfrentam um conflito entre a confiança e a desconfiança. A presença da mãe, com seus estímulos táteis, visuais e auditivos, associam-se a satisfação das necessidades e as crianças desenvolvem sentimentos de que o ambiente é seguro e agradável. Porém, quando as mães deixam de atender a estas necessidades, os bebês desenvolvem medos e suspeitas.

Sendo assim, à medida que os comportamentos da mãe vão de encontro à satisfação das necessidades do bebê, estará sendo feito um determinado elo afetivo e aparecem reações de satisfação do bebê. Ao contrário, quando estas necessidades não são satisfeitas, este esboça

outras reações e um diferente elo afetivo estará também se formando. Portanto, a interação da criança com a mãe constrói a base de suas relações sociais.

Para Klein (apud DELDIME, 1999) o desenvolvimento da criança se dá em termos de posições (paranóica e depressiva). Para ela não existe sucessão, e sim uma oscilação entre uma postura e outra.

[...] o lactante situa-se em relação ao seio, às mãos e aos olhos da mãe que ele vê como objetos separados dele, mas ele a reconhece como uma pessoa total, que pode ser às vezes boa, às vezes má, ora presente, ora ausente e que pode ser tanto amada como detestada. (p.58)

Para a autora, o primeiro objeto de amor e ódio do bebê é a sua mãe, que é ao mesmo tempo desejada e odiada com toda a intensidade e vigor que caracterizam as necessidades iniciais do bebê.

Freud² (apud FADIMAN, 1986) foi o primeiro a nos fornecer um quadro claro da grande importância que tem para nossa vida o desenvolvimento psíquico e a relação com outras pessoas, sendo a primeira e principal a relação com a mãe ou substituto.

De acordo com o pensamento de Freud (apud FADIMAN, 1986), ao nascer, o indivíduo possui apenas alguns mecanismos de comportamento suficientemente amadurecidos, como alguns reflexos primitivos, capacidade de sugar e deglutir, emitir sons e chorar e outras funções reguladoras e automáticas que contribuem para sua sobrevivência. Ele reconhece que o bebê vem ao mundo dotado de diversos conjuntos de instintos, entre eles o de autopreservação.

Segundo Fadiman (1986), Freud nos forneceu a teoria do desenvolvimento, onde mostra que as vivências da infância afetam a vida adulta, ele acreditava que a personalidade é moldada pelas experiências iniciais da criança. As modificações nas formas de gratificação e como estes desejos são satisfeitos, são de fundamental importância na progressão de uma fase a outra. Para ele, nos primeiros dois anos a criança não tem concepção do mundo exterior, não é feita distinção entre ela e a mãe. É como se todo o seu ser estivesse centrado em sua boca, ela não diferencia os efeitos prazerosos que ela mesma produz daqueles que sua mãe produz, é o que Freud denomina de fase oral³.

² Freud elaborou sua teoria da evolução da criança a partir da psicanálise de adultos e de uma única psicanálise da criança.

³ De acordo com a teoria psicanalítica, é a primeira fase psicosssexual, durante a qual o prazer da criança centraliza-se em atividades orais, como comer e sugar.

Nesta fase a boca, a língua e os lábios são o centro de prazer para o bebê. Sua primeira ligação afetiva é com quem lhe forneça prazer oral, geralmente, sua mãe. Pois, enquanto é alimentada, a criança é consolada, acariciada e acalentada, associando assim o prazer e a redução de tensão ao processo de alimentação.

Para Erikson, conforme Davidoff (1983), as experiências relacionadas com a alimentação e o prazer oral são fontes primárias para o desenvolvimento da confiança. Segundo ele, o bebê que não recebe carinho e amor convenientemente poderá deixar de desenvolver o sentimento de confiança, tornando-se inadequado em suas relações sociais, podendo tornar-se pessimista e desconfiada na vida adulta.

Winnicott (1985) vai mais longe quando diz que, dá alimento constitui uma das maneiras mais importantes, em que a mãe se faz conhecer ao seu bebê. Em suas palavras:

[...] o bebê que foi alimentado mecanicamente e insensivelmente, sem ninguém que quisesse adaptar-se ativamente às necessidades desse determinado bebê, está em grande desvantagem; e se ele de algum modo puder conceber uma mãe dedicada, tal mãe deverá constituir para ele, uma figura imaginária e idealizada. (p.119)

Alguns comportamentos da mãe, tais como: maneiras de segurar o bebê, conversar, embalar, maneira de reagir a situações inesperadas e esperadas, estão diretamente relacionadas com a relação afetiva. É, pois na relação com determinados adultos que o bebê inicia a construção dos seus esquemas perceptuais, motor, cognitivos, lingüísticos e de sua afetividade. Portanto, a primeira aprendizagem social da criança, ocorre em casa. Suas primeiras experiências com a família, sobretudo sua ligação com a mãe são os antecedentes decisivos de suas relações sociais posteriores. A sensibilidade do adulto aos sinais, preferências e ritmos da criança quando ela chora, alimenta-se ou sorri, aprofunda a formação do vínculo afetivo. Winnicott (1985) diz ainda:

A mãe que ativamente se adapta, de um modo fértil, dá ao seu bebê uma base para estabelecer contato com o mundo e, mais do que isso, propicia ao bebê uma riqueza em suas relações com o mundo que pode desenvolver-se e atingir plena fruição, com o decorrer do tempo quando a maturidade chegar. (p.119)

Desta forma, diz Winnicott (1985) que não se pode dissociar o lactante do ambiente que lhe provê os cuidados, especialmente a “mãe suficientemente boa”⁴ que atende suas

⁴ Termo criado por Winnicott para descrever a mãe que se adapta perfeitamente ao bebê.

necessidades e cria condições para que ele se desenvolva, e cuja importância é vital para a saúde psíquica da criança. A mãe suficientemente boa permite que a criança desenvolva uma vida psíquica e física fundamentada em suas tendências inatas, podendo assim exercitar um sentimento de continuidade da vida, que é o verdadeiro self⁵.

Winnicott (1985) dedicou-se a estudar o desenvolvimento do lactante e enfatizou a influência do meio ambiente no desenvolvimento psíquico do ser humano. É o ambiente, inicialmente representado pela mãe que permite o desenrolar dos processos de maturação. Segundo ele, a adaptação da mãe as necessidades do bebê concretiza-se através do emprego de três funções maternas que são exercidas simultaneamente: a apresentação do objeto, o holding⁶ e o handling⁷.

Na função materna de apresentação do objeto, a mãe apresenta o seio ou a mamadeira mais ou menos no momento certo, dando ao bebê a ilusão de que ele mesmo criou o objeto do qual ele sente necessidade. Durante este período de dependência, a mãe que age de maneira a estar disponível ao bebê, permite que ele torne-se capaz de experimentar emoções e sentimentos de amor ou ódio, sem que estes representem ameaça ou seja fonte de angústia.

A segunda função da mãe corresponde ao holding ou sustentação, onde a mãe através de cuidados cotidianos protege o bebê dos perigos físicos, levando em conta sua sensibilidade cutânea, auditiva e visual, sua sensibilidade a quedas e sua falta de consciência da realidade externa. Durante a fase de sustentação, três processos essenciais se desenvolvem: a integração, a personalização e a realização, onde a criança se constrói enquanto pessoa, em relação ao outro e ao meio ambiente. Esta fase é caracterizada pela percepção da criança, onde esta descobre que ela e o mundo são duas coisas separadas. Para tanto, a mãe desenvolve um papel central ao promover elementos da realidade com que a criança irá construir a imagem psíquica do mundo externo. Para Winnicott (1985), a sustentação compreende, em especial, o fato físico de sustentar a criança nos braços e que constitui uma forma de amar e é a partir daí que a criança conseguirá integrar, tanto os estímulos, quanto a representação de si mesmo e dos demais, adquirindo assim um ego⁸ sadio. Assim, a mãe funcionará como um ego auxiliar até que a criança desenvolva suas capacidades inatas.

⁵ O verdadeiro self é o 'eu' que se constrói, fundamentalmente, a partir do emprego de suas tendências inatas, é o somatório da vida sensório-motora, manifestada através de gestos espontâneos.

⁶ O termo significa sustentação, onde a mãe carrega fisicamente a criança.

⁷ É a elaboração do esquema corporal por parte do bebê, através de cuidados físicos, tais como: banho, troca de roupa, entre outros.

⁸ De acordo com Freud, é a parte do aparelho psíquico que está em contato com a realidade externa. (apud Fadiman, 1986, p.11)

Por fim, a terceira função da mãe se exerce através do *handling*, ou seja, da manipulação do bebê enquanto ele é cuidado e é necessária para o bem-estar físico do bebê. É um processo contínuo e progressivo em que a criança vai adquirindo a noção de que ele é diferente do meio que a rodeia.

Portanto, segundo o ponto de vista winnicottiano, este vínculo físico e emocional entre a mãe e o bebê assentará as bases para o desenvolvimento saudável das capacidades inatas do indivíduo. Frente a esta exposição podemos afirmar que a maturação emocional do ser humano transcorre desde uma etapa de dependência absoluta até uma de independência, embora, é muito freqüente que não se complete na infância.

Diversas teorias surgiram tentando entender como esse vínculo se estabelece, que função desempenha e por quanto tempo persiste, dentre elas a mais ampla foi a Teoria do Impulso Secundário também chamada de teoria do amor interesseiro das relações objetais⁹, onde a criança possui um certo número de necessidades fisiológicas que devem ser satisfeitas, sobretudo de alimento e conforto. Na medida em que um bebê se torna interessado em uma figura humana, especialmente a mãe, ele aprende que ela é a fonte de sua satisfação a partir do momento que estas necessidades são satisfeitas. Freud (apud Bowlby,1990,p.193) diz que: “[...] o amor tem sua origem vinculada à necessidade satisfeita de nutrição.”

Para Davidoff (1983) as diferenças individuais dos bebês ao nascimento, provavelmente contribuem, de forma importante no desenvolvimento das ligações afetivas. A autora considera que, as qualidades temperamentais básicas da criança (bebê fácil, bebê difícil e bebê de aquecimento lento – classificação realizada por Thomas, Chess e Birch) e as respostas maternas a estas qualidades podem fornecer uma base importante para as primeiras ligações afetivas.

Nesta investigação Thomas, Chess e Birch descobriram que os bebês rotulados como “fáceis” eram aqueles que se adaptavam facilmente a novas rotinas, pessoas e alimentos e possuíam hábitos regulares, ao contrário, os bebês “difíceis” rejeitavam novos alimentos e esquivavam-se a situações novas, eram barulhentos e choravam muito, já os bebês de “aquecimento lento” apresentavam humor negativo e adaptavam-se lentamente as novas situações. Esta investigação também defende que as diferenças de comportamento são, pelo menos em parte, determinadas pela hereditariedade e podem ser detectadas nas primeiras fases.

⁹ Esta terminologia deriva da teoria do instinto de Freud, na qual o objeto de um instinto é definido como “a coisa a respeito da qual ou através da qual o instinto pode alcançar sua finalidade” (apud Bowlby,1990,p.191).

Segundo Bee (1986), Shaffer e Emerson descobriram em seus estudos, que os bebês que eram exclusivamente cuidados por suas mães, eram um pouco mais fortemente ligados a elas do que os bebês que eram cuidados por outras pessoas. Eles observaram três fases básicas no desenvolvimento afetivo da criança. A primeira chamada de Ligação Afetiva Indiscriminada que dura até os sete meses, e o bebê pode protestar quando é deixado no berço ou é separado da pessoa, mas parece não ter importância quem esteja com ele. Na segunda fase que tem início por volta dos sete meses, chamada de Ligação Afetiva Específica, o bebê liga-se normalmente a uma única pessoa, comumente a mãe, e demonstra inquietude quando ela o deixa, surgindo assim, o medo de estranhos. E por fim a Ligação Afetiva Múltipla que surge por volta dos dezoito meses e a criança começa a mostrar uma expansão da ligação específica, primeiro em relação a uma pessoa e depois, a diversas outras (pai, irmãos, avós, babá).

Entretanto, Ainsworth (apud BOWLBY,1990) considera insuficiente descrever o comportamento de apego apenas pelo protesto ou não do bebê quando sua mãe o deixa. Para a autora a ligação afetiva é um vínculo que o indivíduo forma entre si e outro indivíduo específico, afirmando que:

[...] alguns dos bebês... que pareciam mais solidamente apegados a suas mães manifestaram pouco comportamento de protesto ou ansiedade de separação, mas mostraram, por outro lado, a força de seu apego à mãe através da presteza de usá-la como base segura a partir da qual podiam explorar o mundo à sua volta e ampliar seus horizontes para incluir outros apegos. (p.354)

Portanto, o desenvolvimento de ligação, o qual envolve uma forte interdependência e intensos sentimentos constitui a base de um sentimento de confiança nos outros e no mundo. Ainsworth (apud BOWLBY, 1990, p.354) escreveu ainda: “A criança ansiosa e insegura poderá parecer mais fortemente apegada à mãe do que a criança feliz e segura, a qual parece considerar a presença da mãe um ponto pacífico.”

Segundo Bowlby (1990) no jogo das relações familiares as ações e reações da mãe (ou mãe substituta permanente) são de importância vital para a saúde mental futura da criança. Esse elo que une a criança e sua mãe foi chamado por ele de apego e postula a existência de uma organização psicológica interna, responsável pela formação e manutenção de laços emocionais íntimos entre indivíduos. A propensão para estabelecer tais laços está presente no recém-nascido e continua na idade adulta. Wolff (apud Bowlby,1990,p.302) escreve o seguinte: “Primeiro, a criança vê o rosto, olhando para o contorno do cabelo, a boca e o resto

da face; depois, assim que é feito o contato olho a olho, sorri.” Assim, a vivência de uma relação calorosa entre a mãe e a criança é a base do desenvolvimento da personalidade e da saúde mental.

De acordo com Spitz (1983), desde os primeiros dias de vida, é a mãe o parceiro humano do filho, quem serve de mediador a toda percepção, todo discernimento, todo conhecimento. Assim, o bebê utiliza de movimentos visuais, vocalizações, sorrisos e movimentos de aproximação, para despertar respostas e começar a diferenciar sua mãe dos outros.

Spitz (1983) nos diz que quando os olhos do bebê seguem cada movimento da mãe e quando ele consegue isolar e estabelecer um sinal gestáltico da face materna, então, através da instrumentalidade da mãe e das contínuas trocas afetivas, a face materna assumirá para a criança um significado cada vez maior.

Como Winnicott, Spitz também via as relações mãe-filho como protótipo de todas as relações sociais. Para ele os antecedentes mais importantes da ligação seriam a sensibilidade e respostas maternas aos sinais e as necessidades do bebê. Diz-nos Spitz (1983) que:

As respostas maternas às ações da criança facilitam e possibilitam a integração do processo de amadurecimento do bebê. Elas provocam uma complexidade crescente na estrutura do ego da criança e levam a formação de sistemas múltiplos [...] (p.184)

Portanto, são os sentimentos maternos que criam um clima emocional e confere ao bebê uma variedade de experiências vitais importantes por estarem interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno. Desta forma, os sentimentos derivados das experiências de satisfação que o bebê vive quando se sente envolvido pela atenção afetuosa da mãe nesta primeira fase, ocasionará um desenvolvimento psicológico favorável.

Refletiremos sobre as conseqüências ocasionadas quando a mãe não proporciona os cuidados necessários nas primeiras etapas do desenvolvimento afetivo e quais suas implicações na educação infantil.

CAPÍTULO – II

A PRIVAÇÃO DO CARINHO MATERNO

Durante as primeiras semanas e meses do bebê é desenvolvido um padrão mútuo de vínculo afetivo, o bebê sinaliza suas necessidades e por sua vez a mãe tenta satisfazê-lo da melhor forma possível. A esse respeito escreve Bee (1986):

Para o adulto, o ingrediente crítico na formação de uma ligação genuína parece ser a oportunidade de desenvolver uma mutualidade real – praticar a “dança” até que ao seguirem um ao outro ambos obtenham calma e prazer. (p.275)

Na medida em que esse sincronismo acontece, todo o processo torna-se fonte de prazer e satisfação para os pais e para a criança. Bee (1986) escreve ainda: “[...] os pais normalmente formam um vínculo inicial forte que é estreitado pela repetição dos comportamentos de ligação e pela mutualidade crescente e responsividade de suas interações com o bebê.” Por algumas razões, nem todos os pais formam esse vínculo inicial com o bebê, seja devido à necessidade da criança a um tratamento médico (bebês prematuros) ou a mesma possa ser fruto de adoção ou ainda vítima de abandono. Segundo Bowlby (1995), a carência afetiva acarreta prejuízos muitas vezes irreparáveis ao desenvolvimento da criança. Para ele, a deficiência mental está entre os vários aspectos decorrentes da privação do afeto.

Existe nos bebês uma tendência a se comportarem de forma especial em relação as suas mães e vice-versa. Ao colocar o bebê numa orientação face a face, a mãe promove ao bebê uma interação recíproca e uma predisposição ao fortalecimento do vínculo afetivo. A este respeito Ainsworth apud Bowlby (1990) escreve:

O bebê quando separado da mãe, mas capaz de vê-la, conserva os olhos mais ou menos continuamente orientados para ela. Poderá desviá-los por alguns instantes mas volta a olhar repetidamente para a mãe. Quando está nos braços de alguma outra pessoa, pode-se observar que o bebê mantém uma orientação motora para a mãe, visto que não se mostra disposto a interagir com o adulto que o segura nem a relaxar nos seus braços. (p.291)

Percebe-se assim, que a mãe não é só um objeto de gratificação para ser olhado pelo bebê, mas sim exerce um efeito tranquilizador, podendo sua ausência provocar entraves no desenvolvimento da criança.

De acordo com Spitz (1983), a ausência da figura materna no primeiro ano de vida ocasiona sérios distúrbios emocionais para a criança. A presença do outro é veículo para estabelecimento de vínculos básicos e essenciais entre criança e o mundo social, através dos quais ela passa a se reconhecer e a reconhecer o outro numa relação de reciprocidade. Segundo ele, o desenvolvimento comporta três estágios: no primeiro, o estágio não objetal, o recém-nascido não diferencia o eu do não-eu, já entre os 2 e 3 meses, o bebê fixa a face de sua mãe durante a mamada, na situação de aleitamento o bebê também participa do fato, sua pele está em contato com a de sua mãe e é sensível a todas as mudanças. No estágio do precursor do objeto, a criança sorri para qualquer face móvel que esteja a sua frente, o aparecimento da resposta pelo sorriso indica o início das relações sociais no ser humano e a base de todas as relações sociais posteriores. E por fim, o estágio do objeto libidinal, onde após os 6 meses a criança não sorri mais para qualquer rosto, ela distingue sua mãe, pessoas amigas e pessoas estranhas.

Spitz (1983) também observou os efeitos da privação materna em crianças criadas em instituições, aquelas que passavam o primeiro ano de vida em ambiente com cuidados maternos reduzidos ou nulos, demonstravam acentuado atraso no desenvolvimento do comportamento, ao passo que crianças de famílias normais não mostravam nenhum tipo de deterioração.

Os efeitos da privação materna foram reconhecidos em crianças removidas de seus lares ou abandonadas por suas mães e, por isso mesmo, internadas em instituições por períodos longos. Apesar dos cuidados adequados de higiene e alimentação essas crianças apresentaram retardo físico, social e intelectual. Percebeu-se então, que essas crianças necessitam de uma “mãe”, ou de alguém que a substituísse, pois nas instituições a criança recebe cuidados de vários adultos, o que dificulta a formação de vínculos afetivos. Além disso, há pouco calor humano e poucos estímulos.

Durante o primeiro ano de vida, a relação com a mãe é essencial para um bom desenvolvimento da criança. Spitz (1983) observou que entre os 6 e 8 meses, uma separação de três meses da mãe provoca uma depressão anaclética, que se refere a uma forma de ruptura da relação objetal. Após quebra do laço materno se sucede angústia e desespero, crianças acometidas desse tipo de depressão permanecem a maior parte do tempo deitada de bruços, reagem com gritos e choro, tem perturbações no sono e de apetite, apresentam rigidez facial e recusa a qualquer contato. Uma separação com duração maior que 5 meses, provoca hospitalização.

Spitz (1983) estudou de forma intensa a situação que denominou de “hospitalismo” e que definia como um conjunto de regressões graves que se podem observar quando crianças são colocadas, no segundo semestre de vida, em creches ou hospitais, regressões essas que se instalam devido à ausência da mãe, apesar de boas condições materiais de higiene e cuidados. Segundo ele, no caso do hospitalismo o grau de desenvolvimento da criança diminui, a locomoção, a alimentação, o aprendizado da limpeza e da linguagem são igualmente afetados e a taxa de mortalidade aumenta. Ele chegou a identificar uma relação direta entre a intensidade dos sintomas do hospitalismo e o aumento do tempo de ausência da mãe, o que permitiu comprovar o importante papel da mãe como mediadora da estimulação da criança, nos seus primeiros anos de vida.

Bowlby (1995) estudou o elo que une a criança e sua mãe e que ele chama de apego. Para ele, trata-se de um comportamento instintivo presente no indivíduo desde os primeiros momentos de sua existência e que consiste numa comunicação que visa atrair e reter a atenção da mãe através de sinais como gritos, sorrisos, choro ou por comportamentos de aproximação.

Ele descreve a privação materna como sendo uma situação na qual as crianças não vivenciam uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou pessoa que desempenhe, de forma regular e constante, o papel de mãe), na qual ambos encontrem satisfação e prazer. Ele assinala ainda que, uma criança sofre privação quando, vivendo em sua casa, a mãe (ou substituta) é incapaz de proporcioná-la os cuidados amorosos de que as crianças pequenas precisam ou por qualquer motivo, é afastada dos cuidados maternos. Quando uma criança é separada da mãe, mostrará uma seqüência previsível de comportamento, que pode ser composta de três fases: a de protesto, a de desespero e a de desapego. A este respeito escreve Bowlby (1990):

Durante a fase de desespero, que sucede à de protesto, a preocupação da criança com sua mãe ausente é evidente, embora seu comportamento sugira uma crescente desesperança. Os movimentos físicos ativos diminuem ou cessam, e ela poderá choramingar monotamente, ou de maneira intermitente. Mostra-se retraída e inativa. Não solicita as pessoas ao seu redor e parece mergulhar num estado profundo de luto [...] a fase de desapego que, mais cedo ou mais tarde, sucede a de protesto e desespero, é freqüentemente acolhida como um sinal de recuperação. (p.28)

Ainda segundo Bowlby (1995), ocorreria uma privação parcial quando a criança é afastada de sua mãe e passa a ser cuidada por alguém que ela já aprendeu a confiar e que já conhece, sendo esta privação suave. A privação pode ser acentuada se a mãe substituta em questão, embora amorosa, for uma estranha. A privação total seria observada nas instituições

e nos hospitais, onde freqüentemente uma criança não dispõe de uma determinada pessoa que cuide dela de forma pessoal e com quem ela possa sentir-se segura. O autor esclarece que os efeitos nocivos da privação variam de acordo com o grau da mesma. A privação parcial traz consigo a angústia, uma necessidade excessiva de afeto, fortes desejos de vingança e em conseqüência, culpa e depressão, podendo ocorrer em longo prazo instabilidade de caráter e dificuldades de estabelecer contatos afetivos. A privação total tem efeitos de alcance maior sobre o desenvolvimento da personalidade e pode mutilar totalmente a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas.

Hillal (1985) a esse respeito já afirmava que crianças criadas em instituições, ou em ambientes emocionalmente frios e desestimulantes, inclinam-se à tranqüilidade, passividade, inatividade, apresentando-se infelizes e emocionalmente perturbadas. Tendem a serem desatentas, desanimadas, magras, sem reação, com propensão a febres e ausência de hábitos de sucção. Percebe-se assim que a ligação inicial com a mãe ou substituta, geralmente faz bem ao bebê, enquanto a impossibilidade de desenvolver tais ligações tem conseqüências negativas imediatas e duradouras. As relações positivas para a autora, se bem recompensadas, estendem-se a outras pessoas, desenvolvendo na criança atividades sociais favoráveis. Assim, a interação da criança com a mãe constrói a base de suas relações sociais.

Podemos acrescentar que, crianças que foram privadas de todas as carícias e brincadeiras, da intimidade da amamentação através da qual a criança conhece o conforto do corpo materno, dos rituais do banho e do vestir, além da incapacidade para formar ligações, podem levar a deficiências cognitivas posteriores. Segundo Hillal (1985), a afetividade é suporte da inteligência e da vontade e nenhuma aprendizagem se realiza sem que ela tome parte. E ela diz ainda:

A afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida e de todos os seus acontecimentos, promovendo todas as atividades [...] As dificuldades afetivas são causas de muitas adaptações sociais e escolares assim como de um grande número de perturbações no comportamento. Por isso, o cuidado com a educação afetiva deve caminhar passo a passo com a intelectual e física. (p.18)

Bowlby (1995) constatou ainda em relação à privação que, se a separação materna ocorrer anteriormente aos seis meses de idade, a criança sofrerá principalmente prejuízo em seu desenvolvimento físico e intelectual. No entanto, se a separação ocorrer entre os 6 meses e os 5 anos de idade a criança desenvolverá um “caráter inafetivo” e falta de habilidade para estabelecer relações afetivas contínuas e efetivas, podendo apresentar desajustamento as

regras sociais (delinqüência). Porém se a separação ocorrer após esse período considerado crítico, a criança terá condições de procurar e assumir relações que supram suas necessidades emocionais.

Muitos pesquisadores esclarecem que não devemos esquecer que esses notáveis efeitos foram observados entre crianças que eram marcadamente privadas de cuidados pessoais, afetivos e maternos, nos primeiros anos de vida. Os estudos de Bowlby (1995) apontam, para o fato de que a privação pode ter conseqüências maléficas, mas ainda não foi determinada a quantidade de privação que as crianças de diversas idades podem suportar.

Winnicott (1985) buscou classificar algumas maneiras em que a mãe se faz necessária. Em um primeiro momento, nos diz que a mãe é necessária como pessoa viva, visto que o bebê necessita sentir o calor de sua pele e alento, a provar e ver. Deve existir completo acesso ao corpo vivo da mãe, pois o amor exprimi-se fundamentalmente em termos físicos. Como assistência física, o mesmo define como significando o tipo correto de refeição, à temperatura adequada e no momento apropriado, sendo que esses mesmos cuidados é também assistência psicológica e emocional, os quais são essenciais para os primeiros tempos da evolução emocional do bebê.

Em segundo lugar, nos mostra que a mãe é necessária para apresentar o mundo, a realidade externa ao bebê. Para este fim, considera em especial o ato de alimentar, mais especificamente a amamentação. A alimentação infantil bem sucedida, com o tempo bastante para que sacie a vontade, com a boca, mãos e olfato, cria no bebê a ilusão de que o seio real é exatamente a coisa que foi criada pela necessidade, pela voracidade e pelos primeiros impulsos de amor primitivo. O sentimento do bebê é de que poderá estar criando algo semelhante ao próprio seio que a mãe tem para oferecer. Desta forma se desenvolve uma convicção de que o mundo pode conter o que é querido e preciso, resultando para o bebê que existe uma relação viva entre a realidade interior e a realidade exterior.

Reforçando esta idéia, fica evidente de que o desenvolvimento emocional de um bebê, no início só pode ser bem consolidado na base das relações com uma pessoa que, idealmente, deveria ser a mãe. Como bem diz Winnicott (1985) “Quem mais sentirá e fornecerá o que é preciso?” Sobre esta temática ele nos lembra que devido ao fato dos bebês serem criaturas cuja dependência é extrema no início de suas vidas, eles são necessariamente afetados por tudo o que acontece. Winnicott (1985) também descreve a “mãe insuficientemente boa”¹⁰, que pode corresponder a uma mãe real que não tem capacidade de se identificar com as

¹⁰ É o nome dado por Winnicott, não a uma pessoa, mas à ausência de alguém cujo apego a criança seja simplesmente comum.

necessidades do filho, a criança se depara com uma mãe dividida em pedaços e tem a experiência da complexidade dos cuidados que lhe são prestados. Para ele, a pior das mães é aquela que logo de início se torna imprevisível, o bebê não pode confiar nela, nem prever nenhuma de suas condutas. Como resultado temos que a adaptação às necessidades do bebê só pode ser bem feita, ou suficientemente bem feita, pela mãe que temporariamente, dedica-se por completo aos cuidados para com o seu bebê.

Um fato importante a considerar, segundo Winnicott (1985), é que a maior parte dos bebês recebe uma boa assistência e, mais importante ainda, a recebe por parte de uma pessoa, até que se sinta satisfeito em conhecer e confiar em outras pessoas. Por outro lado, em certa proporção dos bebês experimentam falhas ambientais quando a dependência era um fato, neste caso, em graus variados, houve um prejuízo concreto, que pode ser muito difícil de reparar. Em consequência, o desenvolvimento da criança como pessoa é distorcido para sempre, sendo necessário gastar tempo e energia construindo uma fortaleza ao redor de si para manter afastado o inimigo e torna-se infeliz por ser incapaz de identificar-se com outras pessoas, animais e coisas do meio ambiente.

Sobre este aspecto Bowlby (1995) salienta que o fracasso do desenvolvimento da personalidade nas crianças que sofrem privação é, talvez, melhor compreendido quando se considera que é a mãe que, nos primeiros anos de vida da criança funciona como sua personalidade e consciência. A criança em instituição nunca teve esta experiência e, dessa forma, não pode nunca completar a primeira fase do desenvolvimento e estabelecer uma relação com uma figura materna claramente definida.

Ele enfatiza que tudo que esta criança teve foi sucessão de agentes paliativos, cada um auxiliando-a de uma forma limitada, mas nenhum deles proporcionando-lhe a continuidade no tempo, que faz parte da essência da personalidade. E é taxativo em afirmar que é bem possível que estas crianças, gravemente privadas por nunca terem sido objeto de um cuidado por parte de um mesmo humano, nunca tenham tido oportunidade de aprender os processos de abstração e de organização do comportamento no tempo e no espaço.

Bowlby (1995) acrescenta que em qualquer contexto institucional a criança não é encorajada a expressar-se nem socialmente nem em suas brincadeiras. É mais fácil ela ficar onde for colocada e só fazer o que lhe for mandado. Desta forma, ela não aprende a mudar seu ambiente social de forma a torná-lo mais adequado a si.

O autor considera que a limitada noção de tempo da criança e sua tendência a interpretar mal uma situação contribuem muito para suas dificuldades. Escreve Bowlby (1995): “É esta incapacidade para imaginar o período em que será resgatada que, juntamente

com sensação de desamparo, é responsável pela natureza avassaladora de sua angústia e desespero.” (p.64)

Não devemos esquecer que mesmo os pais que negligenciam seus filhos, estarão proporcionando-lhes pequenas coisas e principalmente a continuidade dos cuidados humanos, indispensável para que uma criança se sinta segura. Até mesmo pelo fato de saber que tem valor para quem se empenha em cuidar dela, mesmo que inadequadamente, até que a criança consiga se arranjar por si mesma.

De acordo com o autor, este se trata de outro conjunto de condições que vem sendo menos sistematicamente explorado, trata-se da privação que ocorre quando um bebê ou criança pequena vive com sua própria mãe, ou uma mãe substituta permanente, mas os cuidados que recebe dela e a interação que mantém são insuficientes. Sintetizando a abordagem, ele nos leva a compreensão de que os cuidados maternos com uma criança não se prestam a um rodízio, visto tratar-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho.

Dentro desta perspectiva, surgem algumas questões. A creche é um bom lugar para uma criança se desenvolver? Qual o melhor ambiente para os filhos pequenos de uma mãe que trabalha? O lar continua sendo o melhor lugar para a criança se desenvolver?

Um lar significa família, troca de afeto entre pais-filhos-irmãos. Uma criança pequena que fica o dia todo, ou mesmo parte deste, sem um adulto por perto está abandonado dentro de sua própria casa. Nesse momento a creche se mostra a melhor solução para garantir a proteção que toda criança necessita, desde que a família e a creche sejam aliadas em benefício da criança.

Entende-se que cada um deve cumprir a sua parte sem delegar ou aceitar fazer o papel da outra, ou seja, a educação, a transmissão dos códigos de valores morais e culturais deve continuar sendo de responsabilidade da família e esta deve manter uma estreita relação com a creche, um contato que vá além do deixar a criança na porta e recuperá-la no final do período. Através da troca de informações, o desempenho e manutenção dos papéis de cada um (pais e creche), estarão sendo facilitados e mantidos, e a criança será melhor atendida. Segundo o RECNEI as crianças possuem um caráter singular e interagem desde cedo com as pessoas próximas e com o meio e diz ainda:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura em um determinado momento histórico [...] a criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental,

apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece de outras instituições sociais. (BRASIL, 2001, p.21)

Sendo assim, uma creche onde se encontra uma boa participação das famílias como parte do planejamento e a realização de suas atividades, constituem-se um contexto de desenvolvimento para as crianças. É necessário que as creches, particularmente as que atendem famílias de baixa renda, possam aperfeiçoar sua atuação no sentido de garantir uma aplicação de experiências construtivas na edificação de conhecimento das crianças.

Abrir a creche para a família é, portanto, de extrema importância e significa reconhecer que a creche é um dos contextos de desenvolvimento da criança compartilhando com a família a educação da mesma. Sem dúvida, há que se determinar o que deve ser responsabilidade da creche e o que deve ser da família. Nesse sentido, é fundamental que, principalmente, a educadora se posicione como um profissional nesta relação e não como alguém que se propõe a substituir a mãe na ausência desta. Mãe e educadora têm funções e importância diferentes para a criança.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que estes profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. É indispensável que o educador avive em si mesmo o compromisso de uma constante busca de conhecimentos como alimento para seu crescimento pessoal e profissional. Isto gerará segurança e confiabilidade na realização do seu trabalho docente.

A seguir, analisaremos a trajetória histórica das instituições de Educação Infantil, como também verificaremos que a interação educador-criança é imprescindível para uma boa adaptação escolar. Para tanto, o educador deverá estar preparado para cuidar da educação afetiva da criança, a qual deve caminhar lado a lado com a educação intelectual e física, visto que a educação tem como objetivo a formação do ser humano em todos os seus aspectos.

CAPÍTULO – III

AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA

3.1 A CRECHE E A SUA FUNÇÃO SOCIAL

Entendemos que ao priorizar a investigação das raízes históricas das instituições de educação infantil, nos será permitido compreender os desafios que esta enfrentou no decorrer dos anos. É importante ressaltarmos que as escolas infantis no Brasil sofreram durante tempos, muitas mudanças em suas modalidades, as quais passaram pelo assistencialismo até chegar à função de hoje, que é também educativa.

O conceito de infância como um período especial do desenvolvimento, em que o indivíduo deve ser cuidado, protegido e supervisionado, é bastante recente quando se considera a história da ciência. Até o século XVII predominava o conceito da criança como um adulto em miniatura, ou seja, acreditava-se que o raciocínio, os sentimentos e as ações infantis possuíam os mesmos elementos básicos daqueles adultos.

Por muito tempo, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, especialmente da mãe. Deste modo, as primeiras iniciativas quanto à organização de creches surgiram com um caráter assistencialista, com a finalidade de apenas auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e que não tinham com quem deixar seus filhos.

Como sabemos, a história da educação infantil no Brasil tem acompanhado a história de outros países do mundo, mas passando por características que lhe são próprias. Particularmente neste contexto, as instituições creches não foram criadas para atender às necessidades da criança, mas sim para atender à necessidade do mercado de trabalho, que havia aceitado a mão de obra feminina.

Enquanto as instituições públicas eram criadas para atender às crianças pobres, visando apenas o assistencialismo, as particulares apresentavam propostas de cunho pedagógico, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Observa-se, nesse contexto, que as crianças de diferentes classes sociais eram vistas de formas distintas, já que as classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que focava uma ideia de carência e as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que visava à criatividade e à sociabilidade infantil (KRAMER, 2001).

De acordo com Oliveira (2001), tradicionalmente, o cuidado e a educação da criança pequena foram entendidos como aqueles assumidos pela família e que arranjos alternativos para prestar esses cuidados foram culturalmente construídos ao longo da história. Ela ainda nos dá uma visão geral dos primórdios da educação infantil, recorrendo aos dados históricos.

Segundo a autora a ideia de educar crianças menores de 6 anos de diferentes condições sociais já era tratada por Comenius (1592-1670). Considerado por alguns o maior educador e pedagogo do século XVII e um dos maiores da história, defendia que na educação de crianças pequenas deveria usar materiais a partir de modelos e coisas reais de modo a auxiliá-las no futuro a fazer aprendizagem abstrata. Vale ressaltar que Comenius atribuiu aos pais a tarefa pela educação da criança pequena, o que na época representava um grande avanço, pelo fato dos pais, até então, não terem essa responsabilidade. Outro aspecto relevante na história deste educador foi o Plano da Escola Materna que elaborou e apresentou na Europa, contendo aspectos importantes que, até hoje, são essenciais no desenvolvimento de propostas educativas junto à criança.

No século XVIII a educação das crianças pequenas também recebeu grande influência do pensamento de Jean Jacques Rousseau (1712-1778) acerca do naturalismo e das necessidades de a criança experimentar desde cedo coisas e situações de acordo com o seu próprio ritmo, com seu processo maturacional. Apesar de não ter sido propriamente um educador foi considerado como uma das personalidades mais destacadas da história da pedagogia, principalmente porque reconheceu a necessidade de se enxergar a infância com um período distinto, que apresenta características peculiares, as quais precisam ser estudadas e respeitadas.

Ainda no século XVIII Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) propôs modificações nos métodos de ensino e formulou procedimentos para treinamento de professores. Defendia que a educação deveria ocorrer em um ambiente natural e sob um clima de disciplina estrita, porém amorosa, o que contribuía para o desenvolvimento do caráter infantil. Era também preocupado com a ideia de Rousseau de prontidão e de organização graduada do conhecimento, do mais simples para o mais complexo. É importante destacar que suas contribuições foram de grande valia para a estruturação do pensamento educacional do século XIX.

Segundo Oliveira, as contribuições de Comenius, Rousseau e Pestalozzi, desembocam em Friedrich Fröebel (1782-1852), considerado o fundador da psicologia do brincar e do jardim de infância. Além de ser reconhecido como criador de um “Jardim de Infância” na Alemanha, no século XIX, foi também o primeiro a criar um curso preparatório para as

chamadas “jardineiras”, cuja função era brincar com as crianças estimulando-as a fazerem coisas por si mesmas.

O século XX é marcado pelas ideias da educadora italiana Maria Montessori (1870-1952). Uma das principais construtoras da ideia de uma educação infantil destacou-se com a criação de materiais adequados a exploração sensorial pelas crianças e específicos a cada objetivo educacional. Propôs ainda a diminuição do tamanho do mobiliário usado pelas crianças nas pré-escolas e miniaturização dos brinquedos na casinha de boneca.

Verifica-se desta forma, que por não haver conhecimento claro da psicologia com relação ao desenvolvimento da criança e suas relações com a aprendizagem, a aposta, ou a concentração era o convívio, na socialização que mediada pela professora, possibilitava as descobertas das crianças, sendo que estas é que configuravam a própria dimensão do conhecimento.

É, portanto, relativamente recente conceber a creche como tendo uma tarefa principalmente educativa. No Brasil apenas na década de 1980, é que se ampliou o debate a respeito das funções da creche, é a partir desse período que as mesmas passam a ser pensadas e reivindicadas como um ambiente de educação, e não apenas de cuidado e assistência. Os próprios educadores apenas recentemente passaram a discutir a creche e construir concepções do que seria uma instituição educacional que trabalhasse com crianças desde o primeiro ano de vida por um longo período diário.

Histórica e culturalmente o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches vinha sendo efetuado e mantido por programas e políticas de assistência social. O panorama começa a mudar um pouco a partir da promulgação de Leis Federais como a Constituição Federal de 1988, marco na história da Educação Infantil, conforme Andrade (2010), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069 de 13 de junho de 1990, e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, promulgada em dezembro de 1996.

Para a autora, com a Constituição as creches passam a fazer parte das políticas públicas enquanto instituições educativas, as crianças são reconhecidas como sujeito de direito, o que é reforçado pela ECA; já a LDB reitera o que é dito na Constituição que a Educação Infantil é o primeiro segmento do ensino básico. Vale ressaltar que com o reconhecimento pela LDB da educação infantil como parte do sistema municipal de educação as creches foram retiradas da área da assistência, passo decisivo para mudança na concepção de atendimento às crianças para uma perspectiva educativa.

O artigo 22 da LDB expressa que a educação básica tem como finalidades oportunizar o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. No artigo 29 encontra-se especificado que a finalidade da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O artigo 30 estabelece que tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil. Sendo que a distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária.

A Constituição Federal considera a criança prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento, é merecedora de atendimento na área educacional desde os primeiros anos de vida.

No que diz respeito às orientações para trabalhar na Educação Infantil, a partir de 1998 foram organizados pelo Ministério da Educação (MEC) documentos instituindo diretrizes para organização das propostas pedagógicas, com uma base nacional comum, embora o ensino não fosse obrigatório: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DICNEI).

O RECNEI, que entra em vigor a partir de 1998, propondo a integração entre educar e cuidar como função da educação infantil, apresenta um conceito de educação no qual aprendizagem e desenvolvimento são processos interligados. Sabemos que, promover o desenvolvimento cognitivo nessa fase da vida tem impacto decisivo no futuro, pois os primeiros anos de infância correspondem ao período de maior sensibilidade, é quando o cérebro precisa de estímulos para criar ou fortalecer estruturas mentais, cognitivas e emocionais. Podemos perceber que a educação infantil além de estimular o desenvolvimento de habilidades específicas, tem o potencial de aumentar a capacidade de interação social e promover a formação de sujeitos autônomos.

Deste modo, percebemos que do ponto de vista histórico, houve um grande avanço sobre a legislação, pois esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o seu nascimento. Contudo, a realidade em que vivemos aponta um grande desentendimento entre o discurso da lei e o dia a dia de muitas escolas infantis, uma vez que se fala de muitas conquistas alcançadas nos discursos teóricos, mas não se concretizam na prática, isto é, no cotidiano de nossas crianças.

Nessas últimas décadas a educação infantil no Brasil expandiu-se de forma acelerada, e aponta-se como principal justificativa a participação da mulher no mercado de trabalho e as

mudanças na organização e estrutura familiar. Observamos também a valorização que a sociedade tem atribuído às experiências na primeira infância, Kramer (2001, p. 19) diz que a criança “(...) passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura.” esse é um fato que tem motivado demandas por uma educação institucional de qualidade para crianças de zero a cinco anos.

É, portanto, na escola/creche que a criança vai enfrentar sua primeira experiência social, estabelecendo relações e procurando consolidar suas atividades num ambiente diferente ao qual estava adaptada, ou seja, o ambiente familiar. E é neste momento que o educador se torna essencial na vida da criança. É por meio, da interação com o educador que a criança que irá construir sua autoimagem, desenvolver sua autoestima, sua autonomia, fortalecendo assim sua identidade e promovendo o seu desenvolvimento integral.

Contudo, sabemos que mesmo com todas estas transformações, as práticas educativas ainda estão em fase de reconstrução, pois, muitos educadores da educação infantil lutam por uma educação de qualidade, tentando integrar o cuidar e o educar. Isso significa que o professor deve estar atento às necessidades da criança, buscando a integração entre o cuidado e a educação, pois tais funções devem ser realizadas simultaneamente pelos profissionais e estando estes, conscientes da importância deste fazer pedagógico.

3.2 O PAPEL DO EDUCADOR NO DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA

Afetividade é um termo utilizado para designar e resumir não só os afetos, mas também todos os sentimentos e emoções vividos pelo o ser humano em toda sua amplitude.

A infância, como os demais estágios do desenvolvimento, tem características próprias e devem ser vividas com todo o cuidado para que o desenvolvimento da personalidade ocorra de forma satisfatória. Portanto, a escolaridade na vida da criança é um dos fatores mais positivos para a formação de sua personalidade, pois, além da noção disciplinar, a criança poderá ter uma socialização de efeitos salutar, adquirir mais confiança em si própria e através do aprendizado perceber os valores básicos que regem a vida moral, o sentido das instituições e o significado de sua própria vida face ao mundo.

As relações que se estabelecem nas instituições de educação infantil e as vivências das crianças possibilitam tanto seu acolhimento e fortalecimento quanto a introdução dos primeiros limites que regem a vida em sociedade.

Bee (1986) é de opinião de que a mãe é de fundamental importância no desenvolvimento das ligações afetivas iniciais da criança, sendo que a separação da mãe durante os primeiros meses de vida terá sérios efeitos sobre o desenvolvimento das ligações afetivas da criança. Porém, a autora afirma que não se pode generalizar, visto que pesquisas mostram que não é o fato da mãe trabalhar ou não que importa para o bem estar da criança, mas sim o tipo de cuidados substitutivos que lhe são dispensados.

A autora reforça esta ideia ao dizer que, a criança é capaz de formar uma ligação afetiva com sua família natural e com outra pessoa que cuida dela, mas que, sua saúde mental e emocional será melhor quando não há uma série de mudanças em relação à pessoa que cuida dela.

O ingresso numa creche/escola constitui-se em uma experiência social exterior à família e como tal pode gerar inquietações ou criar problemas psicológicos para a criança. Bee (1986) esclarece:

Por ora, nós podemos dizer com razoável certeza que os cuidados alternativos – inclusive diversas pessoas cuidando da criança, como numa creche – não interferem na ligação afetiva da criança com sua mãe, se a separação ocorrer com 1 ano de idade ou mais tarde. Antes disso, nada podemos afirmar com alguma certeza. (p.195)

Outro fator que merece destaque é que o grau de ligação afetiva se dá em função da qualidade da interação e não da quantidade de interação. As mães que proporcionam uma estimulação rica e afetuosa em casa têm filhos que são mais seguramente ligados a elas.

Na educação contemporânea o professor não deve se preocupar apenas com a aprendizagem do aluno. É necessário que este amplie seu campo de atuação e que tenha conhecimento sob todos os aspectos da personalidade do educando. É preciso conceber a criança como um todo, como um ser em formação e que precisa de ajuda.

Na realidade, ao ingressar em uma instituição (creche/escola) a criança vai deparar-se com um novo mundo e é neste momento delicado para a criança que o educador assume um papel relevante em seu desenvolvimento. A criança é apresentada a um mundo mais vasto de pessoas e oportunidades. Portanto, cabe ao educador promover apoio de forma a contribuir para o desenvolvimento afetivo e psicológico da criança.

A capacidade de tolerar o estresse da separação e a capacidade de se adaptar à estranheza das novas situações varia muito de criança para criança. Nem todas são capazes de entrar para a escola numa tranquilidade total.

A criança precisa se relacionar com outras crianças e aceitá-las como companheiras com seus próprios direitos, tendo a capacidade de controlar seus impulsos, esperar por sua vez e expressar seus sentimentos de forma apropriada. Sendo assim, a escola não deverá ser um lugar de aflição e sim um espaço colocado a disposição da sua curiosidade e descoberta.

Para Winnicott (1985) a tarefa do educador infantil tem dupla responsabilidade e oportunidade:

Tem a oportunidade de dar assistência à mãe na sua descoberta das próprias potencialidades maternas e de assistir à criança para que esta supere os inevitáveis problemas psicológicos com o que o ser humano se defronta. (p.224)

Sendo assim, é inegável o valor da creche/escola, em particular para a família dos tempos modernos, mas, como bem diz Winnicott (1985), a função da escola não é ser um substituto para a mãe ausente, e sim um suplemento nos primeiros anos da criança, ampliando o papel que só a mãe desempenha.

O mesmo autor nos diz ainda que a professora herda naturalmente alguns atributos e deveres da mãe para o período escolar, e que, é dever desta, fortalecer e enriquecer as relações pessoais da criança com a própria família. A educadora assume o papel de uma amiga cordial, tornando-se o principal apoio na vida da criança fora de casa. Ele enfatiza ainda que para desempenhar função tão delicada faz-se necessário uma pessoa determinada e coerente em seu comportamento para com a criança, capaz de diferenciar as alegrias e mágoas pessoais da criança, tolerante com suas incoerências e apta a ajudá-la no momento de necessidades especiais. Winnicott (1985, p.214) afirma que “Só a luz do papel da mãe e das necessidades da criança é que se pode conseguir uma compreensão real da maneira como a escola maternal pode dar continuidade ao trabalho da mãe.”

O autor acrescenta ainda que, ao contrário da mãe, o educador deve possuir conhecimentos técnicos resultantes de seu treino e de uma atitude de objetividade em relação às crianças sob seus cuidados. Desta forma, cabe ao educador proteger as crianças de suas próprias emoções fortes e agressivas, exercendo o controle e orientação necessária na situação imediata, visto que a criança precisa de ajuda para resolvê-los, pois um fracasso poderá deixar marcas para toda a vida na personalidade da criança. Portanto, os sentimentos e emoções do aluno devem ser considerados, já que podem favorecer ou desfavorecer o desenvolvimento cognitivo. Os conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento infantil são fundamentais na compreensão de sentimentos que perturbam a educação da criança, podendo deste modo ter

um caráter preventivo. Percebe-se então, uma tendência na pedagogia atual de conceber a relação professor-aluno como essencial no processo educacional e dentro deste contexto a afetividade tem assumido um papel de destaque.

Na Psicologia contemporânea, existe uma tendência de integração observada em três teorias do desenvolvimento: na de Piaget, na de Vygotsky e na de Wallon. Assim, as dimensões cognitivas e afetivas que eram tratadas de forma separada, são reunidas atualmente numa tentativa de recomposição do ser psicológico completo.

Ao pesquisar a formação e o desenvolvimento do conhecimento, Piaget (apud BEARD, 1978) introduziu a Epistemologia Genética, definindo-a como uma pesquisa interdisciplinar que se propõe estudar a significação dos conhecimentos e das estruturas operatórias. A epistemologia genética baseia-se a partir da noção de que não existe uma ordem pré-determinada de aquisições cognitivas, visto que estas resultam da interação entre o sujeito e o objeto, onde ambos sofrem transformações em função das ações ou adaptações recíprocas.

Piaget (apud TAILLE, 1992) considera a inteligência uma das formas de adaptação assumidas pela vida em sua evolução. Para ele todo o comportamento implica necessariamente uma variável intelectual (estrutural) e outra afetiva (energética). Na teoria de Piaget, a afetividade é caracterizada como um instrumento propulsor das ações, estando a razão a seu serviço. Taille explica que para Piaget:

[...] a afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a Razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações. Neste caso, não há conflito entre as duas partes. Porém, pensar a razão contra a afetividade é problemático porque então dever-se-ia, de alguma forma, dotar a Razão de algum poder semelhante ao da afetividade, ou seja, reconhecer nela a característica de móvel, de energia. (p.66)

Partindo desta idéia, podemos dizer que ninguém consegue pensar se não tiver a emoção adequada para mobilizar o pensamento. Segundo Beard, (1978) Piaget observou que o desenvolvimento pode ser compreendido a partir de alguns estágios: o estágio sensório-motor (zero a dois anos, aproximadamente) que é construído a partir de reflexos inatos e caracterizado por atividades físicas que são dirigidas a situações externas, como aquisição da marcha e da linguagem. E é neste período que se destaca a construção da noção do “eu”, através da qual a criança diferencia o mundo externo do seu próprio corpo e aos poucos esse período vai modificando-se e dando origem ao aparecimento da função simbólica. No estágio

pré-operatório (dois a seis anos) a criança é capaz de formar representações a partir de idéias preexistentes a respeito de algo; nessa fase é construída a capacidade de efetuar operações lógico-matemáticas como seriação e classificação. Nos estágios seguintes, operacional concreto e operacional abstrato, a criança adquire a capacidade de pensar abstratamente. Sobre o ponto de vista de Piaget, Beard (1978) escreve o seguinte:

[...] uma criança de um ambiente estimulante cercada por adultos e outras crianças que brinquem com ela, enriquecendo suas experiências e ajudando-a a organizá-las, estará adiantada em relação a crianças cujo ambiente seja menos estimulante e que recebam cuidados inadequados. Já existe uma acumulação de indícios de que o desenvolvimento das crianças pode ser seriamente retardado em ambiente no qual recebam pouca atenção ou afeição. (p.94)

De acordo com Piaget (apud BEARD, 1978) o processo de desenvolvimento cognitivo exige ações mentais que demandam tempo para possibilitar a efetiva construção do conhecimento pela criança. Segundo ele é através do lúdico que a criança desenvolve suas habilidades, o jogo infantil compreende brincadeiras de faz-de-conta, jogos de construção, jogos de regras, entre outros. O jogo pode ser considerado uma estratégia didática quando as situações são planejadas e orientadas pelo adulto, visando ao aprender e preservando a disposição e a intencionalidade da criança para brincar. Assim, o jogo cumprirá uma dupla função (lúdica e educativa), aliando divertimento e prazer com o desenvolvimento afetivo, cognitivo, físico, social e moral, manifestada em um grande número de competências.

Vygotsky (apud OLIVEIRA, 1992) centralizou seu trabalho no desenvolvimento humano, no aprendizado e nas relações entre desenvolvimento e aprendizado, buscando compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história da espécie humana e da história individual.

Segundo Oliveira (1992) os aspectos mais explorados por Vygotsky são aqueles referentes ao funcionamento cognitivo, ou seja:

[...] a centralidade dos processos psicológicos superiores no funcionamento típico da espécie humana; o papel dos instrumentos e símbolos, culturalmente desenvolvidos e internalizados pelo indivíduo, no processo de mediação entre sujeito e objeto de conhecimento; as relações entre pensamento e linguagem; a importância dos processos de ensino-aprendizagem na promoção do desenvolvimento; a questão dos processos metacognitivos. (OLIVEIRA, 1992, p.75)

A autora informa ainda que Vygotsky (1992) questionava-se a respeito da divisão entre os aspectos intelectuais, e os volitivos e afetivos, propondo a consideração da unidade

entre esses processos. É importante destacar que para Vygotsky (1992) o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoções. A este respeito Vygotsky (apud REGO, 2000) escreve o seguinte:

Referimo-nos à relação entre intelecto e afeto. A sua separação enquanto objetos de estudo é uma das principais deficiências da psicologia tradicional, uma vez que esta apresenta o processo de pensamento como um fluxo autônomo de pensamentos que pensam a si próprios, dissociado da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais, das inclinações e dos impulsos daquele que pensa. (p.121)

A concepção de Vygotsky (1992) sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento e a relação do indivíduo com o seu ambiente sócio-cultural e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie. Com relação à atividade escolar, a posição de Vygotsky é de que a interação entre alunos provoca intervenções no desenvolvimento das crianças. Ele considera que a aprendizagem ocorre a partir do processo de interação social, através do qual o indivíduo internaliza as experiências vivenciadas com outras pessoas. Vygotsky (apud REGO,2000) diz que:

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação. (p.126)

Portanto, a possibilidade de alteração no desempenho de uma pessoa pela interferência de outra pessoa é fundamental na teoria de Vygotsky. Para ele o desenvolvimento individual se dá num ambiente social determinado e a relação com outro, é essencial para o processo de construção do ser psicológico individual.

Por outro lado, Wallon (apud DANTAS, 1992) com sua teoria integradora, enfatiza os processos emocionais e afetivos, para ele a afetividade constitui um domínio funcional tão importante quanto o da inteligência e compõem um par inseparável na evolução psíquica, pois têm funções definidas e diferenciadas entre si, são interdependentes em seu desenvolvimento e permitem que a criança atinja níveis de evolução consideráveis. A este respeito escreve Dantas (1992):

[...] no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira. A sua diferenciação logo se inicia, mas a reciprocidade entre os dois desenvolvimentos se mantém de tal forma que as aquisições de cada uma repercutem sobre a outra permanentemente. (p.90)

Segundo Dantas (1992), Wallon considera a emoção fundamentalmente social no sentido de que ela fornece o primeiro e mais forte vínculo entre os indivíduos e supre a insuficiência da articulação cognitiva desde os primórdios da história do ser e da espécie. Para ele, a emoção é definida como um instrumento de sobrevivência típica da espécie humana e é acompanhada de reações orgânicas, biológicas e sociais, e cuja função é mobilizar o outro.

Wallon acredita que o desenvolvimento infantil é uma construção progressiva que está em constante processo de transformação e que a cada estágio acontece uma reformulação dos estágios anteriores. No estágio impulsivo-emocional, que abrange o primeiro ano de vida, o bebê é conduzido por suas funções fisiológicas e por meio dos seus movimentos ele manifesta seu desconforto ou alegria, nessa fase a afetividade predomina e orienta as primeiras reações do bebê em relação ao meio. No estágio sensório-motor e projetivo, que vai aproximadamente até os três anos, o interesse da criança se volta para a exploração e descoberta do mundo físico, o pensamento precisa do auxílio dos gestos para que se transformem atos mentais em atos motores, nesse momento a criança sente prazer em manipular objetos, repetir movimentos, ver e rever suas ações. No estágio do personalismo, que vai dos três aos seis anos, acontece o processo de formação da personalidade através da construção da consciência de si, que se dá por meio de interações sociais com predomínio das relações afetivas. E por fim, o estágio categorial que se inicia por volta dos seis anos, onde a criança visa à conquista do mundo exterior, buscando a superação do pensamento.

Para Wallon as emoções orientam o pensamento humano, e segundo Dantas (1992), “a razão nasce da emoção e vive de sua morte”, portanto, quando estamos emocionalmente envolvidos com uma situação não conseguimos raciocinar e quando nos distanciamos do fato conseguimos resolver o problema, sendo assim, razão e emoção caminham juntas e se complementam.

Portanto, os diferentes enfoques teóricos de Piaget, Vygotsky e Wallon possuem divergências e convergências, e influenciam diretamente o campo da educação. Elas tomam como base a idéia de infância, as relações entre crianças e o papel da interação social no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança, salientando-se, em todas, a afetividade tem papel decisivo para o desenvolvimento do ser cognitivo, psicológico e emocional.

O RECNEI propõe que para as crianças construírem conhecimento é preciso que vivenciem múltiplas situações significativas em contextos adequados e tenham oportunidade para fazer reflexões sobre suas produções, interagindo com outros, tanto para explicitar sua forma de pensar como para confrontar formas de resolução. De acordo com o citado Referencial a proposta de educar é apresentada da seguinte forma:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 2001, p.23)

Como se pode notar, este documento orientador da educação infantil, focaliza o papel da educação não só para o desenvolvimento cognitivo do sujeito, mas em outras áreas, a exemplo da afetividade, nosso foco de estudo.

As possibilidades de exploração do mundo também parecem se ampliar diante da variedade de atividades e ambientes que uma instituição especialmente preparada para as crianças pode proporcionar. Sendo assim, a criança poderá tomar decisões, agindo como produtora de conhecimento e não apenas executora de instruções.

Devemos promover um processo de ensino-aprendizagem concebendo o aluno como um ser singular, buscando conhecer as necessidades e potencialidades de cada criança e organizando sua prática educativa a partir da resolução de problemas. Segundo Hillal (1985), o educador não pode desconsiderar o papel da afetividade no processo de construção do conhecimento, e escreve o seguinte:

A educação afetiva deve caminhar passo a passo com a educação intelectual, visando à educação integral. É preciso que a afetividade seja a dinâmica da personalidade e desenvolva as qualidades de relacionamento que possam se estabelecer no processo educativo. (p.16)

Considerando que nenhuma aprendizagem se realiza sem que a afetividade tome parte, verifica-se que a interação educador-criança, é fundamental para um adequado desenvolvimento afetivo e intelectual. Assim, os primeiros educadores de uma criança desempenham um papel de extrema importância para a vida futura dessa criança, seja no

aspecto pessoal, quanto na sua vida escolar. Neste sentido, não é demais afirmar que, se o professor deseja ser realmente um educador, deve procurar criar situações ajustadas ao desenvolvimento de seus educandos.

Contudo, a relação professor aluno não pode se reduzir ao processo cognitivo de construção de conhecimento, mas envolve dimensões afetivas de ambos os lados. Por sua vez os professores precisam estar comprometidos com mudanças em suas idéias e posturas tradicionais, pois muitos apenas depositam informações nos alunos, desconsiderado a afetividade no processo ensino-aprendizagem. A este respeito diz Cury (2003, p.139): “A educação moderna está em crise, porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola, enfim, separa o sujeito do objeto.”

Portanto, podemos dizer que o vínculo professor-aluno é o suporte da vida escolar. Precisamos ter professores preparados, que estabeleçam uma parceria com seus alunos, de forma que a escola venha a cumprir seu papel de preparar as crianças para viverem no mundo adulto, visto que nas teorias pedagógicas e no cotidiano escolar, a escola também é definida com um meio que prepara para a vida, concebendo a criança como uma unidade de dimensões física, psíquica e social, atendendo suas necessidades específicas e sensibilizando-se diante de suas expectativas.

O enfoque social dado aos processos de ensino e aprendizagem traz para a discussão pedagógica aspectos de extrema relevância, em particular no que se refere à maneira como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, a importância da relação interpessoal nesse processo, e por fim, o papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem. Na escola a criança vive um processo de socialização distinto e passa a internalizar novos conteúdos, padrões de comportamento e valores sociais.

Portanto, é necessário, desde a educação infantil abandonar a perspectiva linear na organização curricular, do simples para o complexo, pois o processo de construção do conhecimento das crianças acontece a partir da interação com diferentes situações investigativas, das comparações, das discussões, dos questionamentos, das criações, das socializações de idéias e é a partir daí que as crianças põem em prática o que aprenderam e têm oportunidade de refletir sobre essas aprendizagens.

Desta forma, ser sensível aos alunos significa o começo de um ensino pessoal e humanista, onde mais importante do que levar ao aluno conteúdos e técnicas educativas, é conduzi-lo a uma concepção que possa construir uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo bibliográfico sobre “A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento integral da criança” foi possível entender o quanto é importante na vida do ser humano a formação de vínculos afetivos, pois é desde o momento da concepção que se começa a formação da personalidade e para que a criança construa suas funções mentais e tenha uma evolução psicológica saudável é necessário que se estabeleça uma relação estável com sua mãe ou substituta, gerando assim confiança e respeito por parte da criança. O contrário acontece quando este vínculo não é estabelecido, e a criança é privada de vivenciar uma relação contínua e tranquila, tornando-a um ser incompleto por não conhecer o conforto do corpo materno e a intimidade da amamentação, podendo levá-la a incapacidade de formar ligações e a deficiências cognitivas posteriores.

Observamos também o quanto é danoso uma formação restrita do profissional que cuida de criança, podendo até questionar esse atendimento como prejudicial para o desenvolvimento mental e emocional da criança, por fugir ao modelo do cuidado materno afetivo, individualizado e estável, preconizado como garantia ao desenvolvimento sadio da criança. Mas acreditamos que essa atitude deve ser modificada, buscando recursos de base multidisciplinar e fundamentação teórica dentro da Psicologia do Desenvolvimento e da Educação, com o intuito de trilhar em direção ao cuidado integral da criança.

Consideramos que este estudo acrescentou bastante na nossa formação como educadora infantil, principalmente pelo fato de nos possibilitar um maior conhecimento sobre a criança, a fim de proporcionarmos condições ideais para o seu desenvolvimento integral.

Esperamos que este estudo, além de colaborar com um momento de crescimento da nossa vida profissional, possa despertar em outros futuros professores que venham a ter acesso a este trabalho, para a necessidade de buscar conhecimentos teóricos sobre o que a criança sente e o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando ampliar esses conhecimentos e suas habilidades; que esses conhecimentos possam contribuir para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que favoreça o desenvolvimento afetivo das crianças, o vínculo afetivo delas com o educador o que pode contribuir para o seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ANTUNES, Celso. **A inteligência emocional na construção do novo eu**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BEARD, Ruth Mary. **Como a criança pensa: a psicologia de Piaget e suas aplicações educacionais**. Trad. Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1978.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Trad. Rosane Amador Pereira. São Paulo: HARBRA, 1986.

BOWLBY, John. **Apego e Perda. Apego: a natureza do vínculo**. Trad. Álvaro Cabral. Vol. I, 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. John. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 1, Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 1/1999. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. CNE/Brasília, 2001.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. Trad. Auriphebo Berrance Simões, Maria da Graça Lustosa. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DAVIS, Claudia; Oliveira, Zilma de Moraes Ramos de. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

DELDIME, Roger; Vermeulen, Sonia. **O desenvolvimento psicológico da criança**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DOLTO, Françoise. **Como orientar seu filho**. Trad. Ruth Rissin Jozef. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

FADIMAN, James; Frager, Robert. **Teorias da Personalidade**. Trad. Camila Pedral Sampaio, Sybil Safdié. São Paulo: HARBRA, 1986.

FELIPE, Jane. O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: Craidy, Carmem; Kaercher, Gládis Elise. (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HILLAL, Josephina. **Relação Professor-Aluno: Formação do Homem Consciente**. São Paulo: Paulinas, 1985.

KRAMER, Sônia. Infância e sociedade: O conceito de infância. In: **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2001,p.15-45.

LA TAILLE, Yves; Dantas, Heloysa; Oliveira, Marta Kohl. Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2001.

SPITZ, René de A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985.

_____. **O brincar & a realidade**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu, Vanede Nobre; Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1975.